

SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS E QUALIFICAÇÃO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA¹

Denis Requier-Desjardins²

Resumo:

O artigo coloca em foco a necessidade de uma reflexão sobre processos de *qualificação territorial* nas abordagens centradas na noção de *sistemas agroalimentares localizados (SIAL)*. O autor incorpora ao tratamento dessas abordagens a problemática do desenvolvimento sustentável, sobretudo no que diz respeito à tomada de consciência da importância da dimensão ligada à conservação da biodiversidade e do patrimônio natural e cultural da humanidade.

Palavras-chave: Sistemas agroalimentares localizados. Qualificação territorial. Ação coletiva. Desenvolvimento territorial sustentável. Patrimônio natural e cultural.

Introdução

Os Sistemas Agroalimentares Localizados (SYAL) foram definidos a partir da emergência do conceito como

organizações de produção e de serviço (unidades de produção agrícola, empresas agroalimentares, comerciais, de serviços de restauração) associadas, por suas características e seu funcionamento, a um território específico. Os meios, os produtos, os homens, suas instituições, seu *know how* seus comportamentos alimentares, suas redes de relações se combinam em um território para produzir uma forma de organização agroalimentar, numa determinada escala espacial (CIRAD-SAR, 1996).

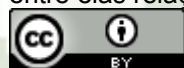
Essa definição apresenta semelhanças evidentes com a definição de *cluster* (PORTER, 1989)³ ou de *sistema produtivo local* (COURLET, 2000).⁴ Ela destaca o

¹ Este artigo foi apresentado oralmente no VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados - os SIAL face às oportunidades e aos desafios do novo contexto global, em maio de 2013, na cidade de Florianópolis, SC, Brasil.

² Doutor em Ciências Econômicas, professor emérito de economia da Universidade de Toulouse do Institut d'Etudes Politiques de Toulouse, França. E-mail: denis.requier-desjardins@univ-tlse1.fr

³ "Geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, service providers, firms in related industries, and associated institutions (universities, standard agencies and trade institutions) in particular fields that compete but also cooperate" (PORTER, 1989).

⁴ "Um conjunto caracterizado pela proximidade de unidades produtivas no sentido amplo do termo (empresas industriais, de serviços, centro de pesquisas e de formação, interfaces, etc.) que mantêm entre elas relações de intensidade mais ou menos forte. As relações entre as unidades são diversas e



fato de que os SYAL foram vistos, inicialmente, como modalidades produtivas localizadas e específicas, que tendiam a privilegiar suas características organizacionais e que podiam ser consideradas como uma variedade agroalimentar de sistemas produtivos locais.

No entanto, apesar da ênfase concedida ao funcionamento organizacional de um sistema localizado de produção, o fato de associar as características dos SYAL à realidade de um dado território e de fazer referência ao produto e ao meio acaba introduzindo, implicitamente, a ideia de uma qualificação dos produtos pelo território, levando-se em conta a ancoragem territorial dos diferentes elementos do sistema. A ligação entre os conceitos de *SYAL* e de *qualificação* não era, entretanto, óbvia quando essa noção emergiu. Algumas contribuições assinalaram, desde o início, que os SYAL podiam se especializar na geração de produtos genéricos. Mais recentemente, Correa (2004), com base num conjunto de experiências realizadas no contexto latino-americano, sugeriu um critério para se criar uma taxonomia que evita a generalização dessa característica.

Nos últimos dez anos, no entanto, a referência à problemática da qualificação pela origem vem sendo cada vez mais reforçada na literatura técnica.

- No caso francês, a abordagem em termos de SYAL foi aplicada, sobretudo, a sistemas que integram uma apelação de origem controlada ou uma indicação de origem protegida. Na ausência desses indicadores de qualidade, a qualificação pela origem continua presente, como indica o estudo de Fourcade, Muchnik e Treillon (2005), centrado justamente sobre os SYAL franceses “fora o índice de qualidade”; e
- Na América Latina, os exemplos de sistemas agroalimentares localizados identificados se referem, em sua maioria, a produtos agroalimentares apresentando uma forte tipicidade, ou no mínimo uma imagem de qualidade ligada à origem territorial: é o caso, por exemplo, dos sistemas de produção de queijos de Cajamarca (Peru), Salinas (Equador), Turrialba (Costa-Rica), Gloria (Brasil) ou da panela na Colômbia, do vinho de Berisso ou do tomate “platense” na Argentina.

se apresentam sob diferentes formas: formais, informais, matérias, comerciais e não comerciais. Estas relações podem se basear nos fluxos materiais, de serviço, de mão de obra, de tecnologia ou ainda de conhecimento [...]” (COURLET, 2000).

- Tal constatação conduz a nos interrogarmos sobre o lugar da referência à qualificação pela origem territorial nas dinâmicas de SYAL. Por implicação, este artigo focaliza as relações entre SYAL e qualificação, mobilizando os seguintes pressupostos:
- A qualificação *agroalimentar* apresenta características específicas que nos permitem estabelecer uma relação específica com o território. Isto fornece a base para uma distinção entre sistemas produtivos locais (SPL) e SYAL, que desta perspectiva não podem ser considerados apenas simples “SPLs agroalimentares”;
- Esta relação fundamenta em grande parte os dispositivos de ação coletiva próprios aos SYAL em torno da ativação dos recursos específicos, tanto no plano das interações desenvolvidas quanto no plano dos atores envolvidos; e
- Esta relação permite igualmente articular a abordagem em termos de SYAL com a problemática do desenvolvimento sustentável, sobretudo em torno da questão da conservação da biodiversidade e do patrimônio natural e cultural.

Em síntese, procuramos caracterizar a evolução da abordagem SYAL no debate sobre o desenvolvimento rural e agroalimentar, levando em conta as implicações de tais pressupostos.

1 A qualificação em termos agroalimentares e a especificidade dos SYAL

O interesse que os economistas concentram na dimensão da qualidade provém da demonstração, que remonta, pelo menos a Akerlof (1970), de que a primeira desempenha um papel tão importante quanto o preço no ajustamento da oferta e da procura. Neste sentido, a incerteza sobre a qualidade, que provém de uma assimetria de informação entre aquele que oferece e aquele que procura, compromete a eficácia da regulação pelo mercado e gera um efeito de seleção adversa, que exclui os bons produtos das transações mercantis.

A priori essa situação pode se apresentar em todas as fases do desenvolvimento de uma área, mas ela é particularmente evidente na fase do consumo final. Com efeito, *a priori* o consumidor não dispõe necessariamente do

nível de “conhecimento comum” compartilhado pelos atores situados numa mesma zona produtiva. Além do mais, as características pertinentes não são, nessa fase, unicamente técnicas, elas contemplam também características imateriais “extrínsecas”, de natureza variável, que podem remeter às condições de produção ou de entrada no mercado. A questão da qualificação adquire, portanto, uma importância considerável nas áreas norteadas pelos interesses dos consumidores (*buyer's driven*), em que o ativo estratégico reside justamente no controle da entrada do produto final no mercado e, também, da comunicação com o consumidor, enquanto que nas áreas norteadas pelos interesses dos produtores (*producer's driven*) prevalece a *pesquisa-desenvolvimento*. Entre tais áreas, situam-se as áreas industriais, a exemplo dos setores têxtil ou de confecções, mas, também, em grande parte, a área agroalimentar, onde o elo estratégico está representado atualmente pelas firmas da grande distribuição.⁵

Se a qualificação pela procura final nos remete ao perfil “*buyer's driven*” das áreas agroalimentares, esse critério é, em si mesmo, insuficiente para especificá-los, porque ele se aplica a outras áreas. Além dessa distinção entre as áreas *buyer's driven* e *producer's driven* (GEREFFI, 1999), a área agroalimentar dispõe de um estatuto peculiar, do ponto de vista dos processos de qualificação oriundos das relações que o consumidor mantém com o produto consumido - produto que ele ingere no sentido pleno da palavra. É a dimensão antropológica e identitária da alimentação, vinculada à sua “*in-corporation*” (FISCHLER, 1993), e que produziria, ao mesmo tempo, uma inquietação permanente face à aceitabilidade dos alimentos disponíveis e à importância específica dos elementos simbólicos e identitários da alimentação, na medida em que “somos o que comemos”. Isto indica a necessidade de preservar a segurança do consumidor face à qualidade sanitária ou nutricional dos produtos alimentícios (o que se identifica muito bem com as motivações de consumo de produtos orgânicos, por exemplo), mas, também, a necessidade de prestarmos atenção aos produtos alimentares “típicos” e ao saber-fazer que a eles estão ligados mediante a dimensão patrimonial que exprime uma identidade.

Essa dupla tendência ressalta a importância da normalização dos procedimentos de transformação, um aspecto crucial dos procedimentos que

5 Reardon e Berdegué (2002) mostraram especialmente a importância crescente da grande distribuição no abastecimento alimentar nos países da América Latina.

utilizam os mecanismos dos sistemas vivos e os “índices de qualidade” associados às características não intrínsecas dos produtos. A gestão das normas tornou-se, aliás, um elemento determinante do controle da área pelas grandes firmas do setor agroalimentar.

Um dos elementos essenciais, mesmo que ele não seja exclusivo, da qualificação dos produtos agroalimentares é a referência à origem geográfica do produto. É preciso observar, nesse caso, que essa referência não se limita aos produtos que dizem respeito aos índices de qualidade explicitamente ligados à origem territorial. Ela deve ser vista, também, como um elemento muito conhecido dos estudiosos dos processos de qualificação dos produtos efetuados pela distribuição em larga escala, mesmo na ausência de índices de qualidade.

A importância dessa característica de qualificação resulta, em primeiro lugar, no reconhecimento de que a produção agroalimentar se baseia no domínio da técnica dos “ecossistemas cultivados”: o território é inicialmente um conceito desenvolvido no campo da ecologia das espécies, e a referência à localização das espécies cultivadas em ligação com as características climáticas, pedológicas e topográficas está na base da qualificação por meio da origem territorial. Isso implica que inúmeros tipos de *know how* relativos à transformação agroalimentar foram inicialmente desenvolvidos num contexto territorial; a origem territorial pode indicar, portanto, características específicas dos produtos.

Mas, a importância do processo de qualificação pela origem decorre de sua proximidade relativamente aos consumidores do produto qualificado, já que a qualificação faz parte da demanda. Essa relação de proximidade pode ser analisada como uma proximidade geográfica, na medida em que favorece a percepção das características não intrínsecas do produto, ligadas ao processo de produção ou aos recursos implicados. Isso permite-nos compreender principalmente porque a valorização dos produtos “típicos” está cada vez mais ligada à atividade turística (TOUZARD; VANDECANDELAERE, 2005). Mas, ela pode também ser analisada como uma proximidade organizacional, considerando-se a estrutura das áreas e o lugar onde vivem os consumidores - as áreas mais extensas sendo, aliás, frequentemente caracterizadas, não somente pelo número de vínculos, o que distancia o consumidor da percepção direta das condições de produção, mas igualmente por uma distância geográfica importante entre o consumidor e o produto.

Por outro lado, as áreas mais restritas podem ser caracterizadas pela implicação dos consumidores na própria organização do sistema alimentar.⁶

A proximidade pode ser de caráter identitário se o consumidor reconhece que o produto, graças à sua origem, faz parte do próprio patrimônio de sua comunidade. Esse tipo de proximidade não é, aliás, forçosamente articulado a uma proximidade geográfica significativa, como indica o exemplo do “consumo em diáspora”.⁷

Todavia essa referência à proximidade não é suficiente para esgotar a relação dos consumidores com a qualificação por meio da origem territorial. Se concordarmos com Sylvander (1997) de que o estabelecimento da qualidade se faz, seja pela cristalização de uma imagem de qualidade ligada à reputação nascida de uma convenção “doméstica”, seja por um “índice de qualidade” que surge preferencialmente de uma convenção “industrial”, as configurações evocadas, até o presente, relevam preferencialmente da convenção doméstica. Na hipótese de uma não proximidade do consumidor, o índice de qualidade baseia-se na origem, fato que nos remete a uma adjudicação: torna-se uma garantia de qualidade da autenticidade do produto e de suas condições de produção.⁸ A referência à origem na comunicação sobre o produto poderá ter um efeito análogo na ausência de um índice de qualidade “oficial”, desde que o consumidor confie realmente na marca.

Para um consumidor que não desfruta de proximidade organizacional e geográfica, a ancoragem territorial do produto refere-se, de certa forma, ao reconhecimento da “identidade do outro” no produto, uma condição que valoriza a natureza patrimonial da expressão desta identidade. Ora, a identidade patrimonial refere-se a um dado território, baseando-se na ligação material e simbólica entre uma população e um espaço, desde que o espaço disponha dessa qualificação identitária (já que o processo de produção do produto qualificado pela origem está

⁶ A expressão dessa tendência que deu mais resultado é, provavelmente, a Community-Supported Agriculture, nascida no Japão, muito desenvolvida nos Estados Unidos, e que na França toma a forma das AMAP (Associação para a Manutenção da agricultura camponesa): associações de consumidores pré-financiam a produção agrícola e dividem os riscos inerentes a esta atividade.

⁷ O “consumo em diáspora” que pode alimentar fluxos de exportação a longa distância (*panela* exportada para os Estados Unidos pela comunidade colombiana, circuitos de distribuição dos produtos africanos na Europa, etc.), mas utilizando redes comunitárias, faz parte do domínio dessa proximidade identitária.

⁸ O modelo do Pélardon estudado por Boutonnet (2004), traduz bem essa dualidade: a AOC é valorizada “na exportação” fora da zona, enquanto que o nome AOC abastece o mercado local, em que o caráter identitário do produto é mais importante que o selo. Todavia, o produto local beneficia-se do reconhecimento da AOC.

ligado a um dado território). Dessa forma, a conservação do patrimônio, base da preservação da identidade territorial, fornece ao consumidor uma garantia de inalterabilidade do produto e de conformidade do processo produtivo com as exigências de um ecossistema cultivado.

A qualificação territorial, por meio da demanda, pressupõe o seu reconhecimento como elemento “objetivo” - ou pelo menos objetivado - da qualidade territorial pelos consumidores. Trata-se, portanto, de um fator específico de resiliência do sistema produtivo territorial, um recurso que somente um processo de desenvolvimento local pode ativar, sobretudo, fazendo da origem territorial uma característica de qualidade do produto, um meio de redução da elasticidade de substituição de sua produção específica e, por implicação, a base de uma trajetória autônoma de desenvolvimento local.⁹

Num SYAL que repousa na ativação de uma característica de qualificação territorial,¹⁰ o território não é, portanto, postulado,¹¹ mas tornado endógeno ao próprio sistema produtivo. É um traço que não encontramos em SPLs operando em setores industriais com perfil “*producer’s driven*” e, principalmente, pela via de sistemas de *pesquisa-desenvolvimento*. Nesses setores, com efeito, esses SPLs ocupam geralmente uma posição de *subempreiteiros*.¹² Mas, não o encontramos também em SPL operando nas áreas com perfil “*buyer’s driven*”, a exemplo do setor têxtil, na medida em que a qualificação pela demanda nesses setores não passa habitualmente pela identificação da origem das matérias-primas, e sim, preferencialmente, pelas características simbólicas da marca – por exemplo.¹³

É por isso que, mesmo se o debate sobre a economia da qualidade no setor agroalimentar (NICOLAS; VALCESCHINI, 2002, SYLVANDER, 1997, ALLAIRE,

⁹ Resgatamos aqui a referência à elasticidade de substituição como fator de antecipação das armadilhas do subdesenvolvimento evidenciado por Lucas (1988) no quadro da teoria do crescimento endógeno.

¹⁰ A ligação entre SYAL e qualificação pode ser também mobilizada em outros tipos de qualificação, a exemplo da qualificação “bio-equitativa”, desenvolvida para um certo número de produtos na América latina (café, cação, quinoa, etc.). No entanto, torna-se interessante constatar que esse tipo de qualificação está sempre associado a uma referência a uma origem territorial: não seria porque o comércio justo pressupõe a organização de comunidades de produtores geograficamente situados?

¹¹ O postulado do território é uma crítica feita por alguns adeptos do enfoque de proximidade aos teóricos dos sistemas produtivos locais desenvolvidos, em decorrência das análises dos *distritos industriais*.

¹² O SPL da poda no vale do Arve na França pode ser visto como um exemplo emblemático.

¹³ Isto pode constituir uma relativa barreira contra os processos de “descentralização”, aos quais se submetem os países do Norte nos setores industriais.

2004, etc.) se desenvolveu independentemente daquele dos SYAL, os dois acabaram se unindo. Mesmo que nas primeiras contribuições a existência de SYAL não tenha produzido produtos qualificados – pois nem mesmo produtos de consumo eram identificados - a dimensão da qualificação tornou-se cada vez mais importante.¹⁴ Os exemplos que puderam ser analisados (CORREA, 2004) dizem respeito, em grande medida, a produtos cuja tipicidade remete - mais ou menos - a uma identidade alimentar própria ao lugar ou a uma origem territorial. A aplicação do conceito no Norte, e especialmente na França, se fez frequentemente em torno de problemáticas de qualificação ligadas à origem, notadamente sob a forma de IGP ou de AOP.

Por outro lado, a referência ao processo de qualificação pela via do território fornece uma justificativa suplementar à diversificação das atividades no seio dos SYAL. Trata-se de algo que não encontramos nos SPL - a qualificação territorial pode estar relacionada a uma “cesta de bens” (PECQUEUR, 2001), pode ser analisada como uma característica lancasteriana coproduzida por um conjunto de bens complexos, definindo assim uma “renda de qualidade territorial”. Isso pressupõe a articulação de diferentes atividades no seio de um mesmo sistema, a exemplo das interfaces cada vez mais evidentes entre atividades no setor agroalimentar e atividades turísticas no âmbito dos SYAL.¹⁵

Isso indica a importância dos processos de qualificação territorial para definir, não somente a pluriatividade dos SYAL, mas, também, sua multifuncionalidade. Com efeito, a qualificação territorial articula atividades na função de produção do consumidor e na função de produção do SYAL. Estamos aqui na presença de uma “dupla articulação”.

¹⁴ Podemos citar, por exemplo, o caso do amido azedo de mandioca na Colômbia, produzido por um conjunto de unidades de produção concentradas na região de Santander de Quilichao. Na medida em que se trata de uma entrada intermediária, podemos identificar aqui o exemplo de um SYAL sem relação direta com uma problemática de qualificação no nível do consumo. Todavia, na medida em que o amido azedo é utilizado em padarias de todo o país, para a fabricação de produtos muito específicos como o *pan de yuca* ou o *pan de bono*, ele desempenha um papel determinante na qualificação de um produto típico colombiano (*pan de yuca*). Encontramos, nesse exemplo, uma dimensão importante da qualificação, interna à área e implicando relações entre diferentes estágios do processo de transformação, mas que pode estar às vezes em relação com uma ancoragem territorial dos ativos (Cf. TALLEC, 2004).

¹⁵ Os diferentes sistemas de produção de queijos investigados na América Latina são uma ilustração disso (a feira do queijo durante a estação turística em Cajamarca, no Peru; a rota do queijo em torno do Turrialba, na Costa Rica; o ecoturismo em Salinas, no Equador; e mesmo novas formas de consumo do queijo Glória em espetos grelhados, nas praias do nordeste brasileiro).

- Na função de produção do consumidor, trata-se da produção de uma característica de qualidade para uma atividade de consumo que combina vários bens e serviços adquiridos pelo consumidor segundo uma abordagem “lancasteriana”.
- Na função de produção, trata-se de uma produção articulada pela atividade agrícola e agroalimentar localizada em um conjunto de bens e serviços, privados ou públicos, que define notadamente a multifuncionalidade da agricultura.

Por outro lado, a importância dos processos de qualificação territorial na dinâmica dos SYAL nos leva a assinalar o caráter patrimonial da ligação entre a atividade e os atores envolvidos no SYAL: as atividades do SYAL exprimem a própria identidade do território, compartilhada pelos atores do SYAL e reconhecida (e qualificada) pelos consumidores. Decorre daí a questão da manutenção dessa identidade ao longo do tempo, isto é, a questão ligada à conservação do patrimônio, do conjunto de ativos e de instituições referidas a um titular - individual ou coletivo (BARRÈRE, 2005).

Tanto a problemática da multifuncionalidade quanto a da conservação do patrimônio natural, mas também cultural, nos remete a problemáticas associadas ao campo do desenvolvimento sustentável. No entanto, antes de abordar este ponto gostaríamos de insistir na temática da ligação entre processos de qualificação e ações coletivas desenvolvidas no âmbito dos SYAL.

2 Qualificação e ação coletiva no âmbito dos SYAL

A análise dos SPLs evidenciou a importância de ativos específicos ancorados territorialmente na dinâmica desses sistemas locais, em oposição aos recursos genéricos (COLLETIS; PECQUEUR, 1995). Esses ativos específicos são fruto de uma transformação de um recurso latente por um processo de ativação. Essa ativação deflagra processos de ação coletiva mobilizando um conjunto de atores ancorados territorialmente. A literatura sobre os distritos industriais e os SPL assinalou, com efeito, a importância das redes de empresas e de instituições ancoradas territorialmente na construção de competências e na inovação tecnológica. A dinâmica de um sistema local baseia-se na própria eficácia de uma

rede de atores locais implicado em um sistema produtivo local. Essa conclusão pode *a priori* se estender aos SYAL. Neles pode ser constatado o papel da organização em rede de certo número de atores sociais ocupando posições diversificadas no sistema (produtores, transformadores, transportadores, etc.).

No entanto, a dimensão local dessas redes foi questionada por alguns analistas do enfoque de proximidade, que tendem a minimizar o papel da proximidade geográfica em relação à proximidade organizacional, colocando também em evidência a importância das redes desterritorializadas no processo de inovação - a exemplo do setor dos TIC (RALLET, 2002). Esse questionamento nos remete a uma crítica do caráter “postulado” do território nas análises iniciais dos distritos industriais, centradas, *a priori*, na dinâmica das redes locais.

Alguns autores, entretanto, sustentam a importância da referência ao território na definição das redes e seu investimento nos processos de ação coletiva, recusando a marginalização da proximidade geográfica. Para escapar à hipótese de um território postulado, Colletis (2007) propõe que a definição do território deve levar em conta um duplo processo de ativação e de especificação dos recursos. Neste sentido, ele lembra as três dimensões da proximidade cuja combinação específica vai definir o território, a saber: (i) a espacial ou geográfica; (ii) a organizacional, baseada na relação de complementaridade dos recursos ou dos ativos; e (iii) a institucional, remetendo-nos ao patrimônio cognitivo e à divisão de normas e valores. Ele insiste finalmente na importância do “fator desencadeador” que vai conduzir os atores a combinar de maneira específica as três dimensões da proximidade no processo de construção de uma dinâmica territorial. Este fator corresponde, na maioria dos casos, a um choque externo (perda de um mercado, reestruturação, etc.), a uma ameaça que os atores se esforçam em conjurar coletivamente. Se o território não é mais postulado, ele constitui ainda uma solução possível para responder a uma situação de crise.

Essa análise apresenta uma ressonância certa com o caso dos SYAL. A importância da ameaça exterior, vista como “fator desencadeador”, encontra-se na origem de inúmeros processos de tipo SYAL, como podemos ver, por exemplo, no caso do sistema criado em Cajamarca.¹⁶ Todavia, torna-se necessário compreender

¹⁶ Boucher (2004) insiste, por exemplo, no papel do “*fujishock*”, em Cajamarca, no início dos anos 1990. Esse fenômeno conduziu um certo número de executivos do setor privado e do setor público, demitidos de seus empregos sob o efeito do ajustamento estrutural, a reinvestirem na atividade de R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, Jul./Dez. 2013

de que maneira este “fator desencadeador” nos leva a uma combinação baseada na qualificação pela origem. Essa ameaça vai ser percebida como uma perda de identidade levando-se em conta o caráter patrimonial da atividade ameaçada. O desencadeamento da ação coletiva conduz os diversos atores envolvidos a buscar o que constitui sua identidade comum, de maneira a especificar o território em termos econômicos. Vimos que, no caso dos SYAL, a relação com o território tinha um caráter endógeno à própria atividade, já que ela exprimia uma característica do produto. A qualificação pela origem territorial é um processo que transforma um recurso latente, o caráter identitário de um produto, ou a especificidade de um dado *know how*, ou de um território em um ativo, quer dizer, uma característica reconhecida pelo consumidor e que vai permitir uma melhor valoração do produto no mercado. Dessa forma, o processo de qualificação constitui o cerne da ação coletiva. Na medida em que essa característica de qualidade diz respeito a vários produtos ou serviços, o processo diz respeito à formação de uma “cesta de bens” (PECQUEUR, 2001) ancorada territorialmente.

A ligação entre qualificação, ativação de recursos específicos e ação coletiva no âmbito dos SYAL torna-se um elemento essencial de suas dinâmicas, o tipo de recurso a ser ativado, bem como as formas de ação coletiva, adquirem assim uma dimensão particular própria ao SYAL. Dois elementos intervêm aqui para determinar as formas das ações coletivas no caso dos SYAL:

- em decorrência da especificidade da qualificação em termos agroalimentares, a proximidade institucional (no sentido da proximidade de normas e de valores) inclui o consumidor ou, preferencialmente, os consumidores diferenciados (consumidores locais cuja tipicidade exprime a identidade, o turista cuja tipicidade participa da descoberta do lugar, consumidores interessados pela tipicidade como valor). Mas o peso desses diferentes tipos de consumo deve se traduzir em diferentes combinações de proximidade – logo, em diferentes abordagens do território. Por outro lado, a dimensão agroalimentar introduz uma relação particular entre os consumidores e os produtos. A qualidade, vista como uma variável de ajustamento do mercado, remete-nos, com efeito, não só à informação compartilhada pelos consumidores e pelos produtores, mas, também, às

produção de queijos e a aproveitarem sua proximidade geográfica e institucional para desenvolver uma dinâmica de qualificação deste produto.

formas de conhecimento desenvolvidas no contexto de suas atividades; e

- a dinâmica produtiva dos SYAL repousa sobre a utilização de recursos comuns de caráter natural ou vinculados ao espaço, a exemplo da paisagem, que representa um papel essencial na qualificação do produto “típico” ou da “cesta de bens” territorializada. No caso dos SYAL, isso coloca em jogo a relação de complementariedade entre os recursos naturais e os bens comuns. Da mesma forma, a ação coletiva deve objetivar a construção e a gestão destes ativos comuns. O patrimônio cognitivo inclui o consumidor no reconhecimento de uma identidade territorial.

Se a ação coletiva está no centro da dinâmica dos SPL a partir das considerações de Beccatini sobre a “cooperação-concorrência”, ela assume uma dimensão particular no caso dos SYAL em decorrência da sua ligação com os processos de qualificação. A ação é colocada em prática por atores sociais presentes no território, para o fornecimento e o controle dos recursos locais ancorados territorialmente. Estes podem ser considerados como bens públicos na escala do território, vinculados ao processo de qualificação. O emprego de dispositivos de exclusão em torno desses recursos pode, no entanto, dotá-los do chamado “efeito clube” (TORRE, 2002). Neste sentido, podemos citar o exemplo dos sindicatos de AOC na França, outros exemplos podem ser extraídos de certas experiências de SYAL em países do Sul.¹⁷

Essa modalidade de ação coletiva contribui, portanto, para o reforço das redes locais de empresas que definem um SYAL. Aliás, isto é verdade mesmo quando a ação coletiva não visa estabelecer um índice de qualidade ligado à origem territorial e sim, por exemplo, um índice de qualidade ligado à sustentabilidade social ou ambiental.¹⁸

O sucesso de uma ação coletiva ligada à qualificação baseada na especificação da origem territorial do produto é, entretanto, submetida a certo número de acasos. Em primeiro lugar, a problemática da qualificação coloca em jogo, de maneira particular, a relação dos SYAL com as áreas agroalimentares

¹⁷ Por exemplo, a implantação de uma marca coletiva para os produtores de queijo em Cajamarca, no Peru (BOUCHER, 2004); ou de uma rota dos queijos em torno do vulcão Turrialba, na Costa Rica (BLANCO; RIVEROS, 2004).

¹⁸ Por exemplo, os produtores de café sob certificação “bio-equitativa” no México ou na América central estão reagrupados em uma base territorial e desenvolvem uma ação coletiva para a implantação de certo número de serviços na comunidade.

globalizadas, consideradas, não mais simplesmente como um segmento do sistema produtivo, mas como um espaço onde se desenvolve um modo de governança resultante das interações estratégicas de um dado conjunto de atores.

As normas de qualidade relativas à origem inserem-se, com efeito, num conjunto de normas hoje em dia definidas cada vez mais ao nível das áreas onde elas favorecem o controle estratégico pelos atores dominantes, e cada vez menos ao nível nacional (FULPONI, 2006). Ora, os índices de qualidade relativos à origem territorial têm, frequentemente, uma definição nacional e um referencial local, o que coloca o problema de seu reconhecimento no nível internacional.

A governança de área pode entrar em contradição com a governança territorial da qualificação. As formas de qualificação e o controle dos ativos específicos podem variar de uma área à outra (exemplo: agricultura e turismo), enquanto os produtos no nível local compartilham as mesmas características de qualificação construídas localmente. Mas, os “agentes de exportação” podem ser diferentes. Em que medida um bem particular não vai dominar o outro no seio da “cesta de bens”, especialmente quando é grande a distância geográfica e organizacional relativamente ao consumidor final?¹⁹

Uma via possível consiste em privilegiar o reconhecimento da qualidade com base na relação de proximidade - geográfica, institucional e organizacional - com os consumidores, ou seja, em se colocar na perspectiva das “áreas restritas” que mencionamos acima. No entanto, o potencial mercadológico dessas áreas pode parecer limitado, a menos que a proximidade com os consumidores (TOUZARD; VANDECANDELAERE, 2005) seja ativada, por exemplo, por meio da atividade turística.

Podemos então evoluir em direção a sistemas de dupla qualificação, que se reforçam pela dupla localização do turista que consumirá localmente um produto sem índice de qualidade, mas cuja qualidade é validada pela relação direta com os produtores e com o território. Isto reforça, por outro lado, a notoriedade e a visibilidade do produto consumido sob o índice de qualidade no exterior do

¹⁹ Podemos mencionar aqui o exemplo da quebrada de Humahuaca, no noroeste argentino, que obteve uma certificação em termos de “patrimônio da humanidade”. Parece que a qualificação da atividade turística, que resulta dessa certificação, sufoca, de certa forma, as tentativas de qualificação do artesanato ou do setor agroalimentar da região, enquanto que na zona próxima aos vales Calchaquis as relações são muito mais equilibradas entre turismo e viticultura, permitindo iniciativas voltadas para uma valorização comum.

território,²⁰ implicando, no entanto, em uma redefinição da ação coletiva face à qualidade e integrando a valorização turística (exemplo: se levada em conta nos casos de Cajamarca, de Salinas ou de Turrialba, já mencionados).

Por outro lado, a ação coletiva conduzida pela ativação dos recursos específicos significa, obrigatoriamente, a implantação de dispositivos de exclusão em torno desses ativos - uma condição para sua eficácia - o que nos remete à análise dos índices de qualidade vistos como frutos do “efeito clube”; somente alguns atores têm acesso à qualificação de seu produto e ao valor agregado que dela resulta. Isto nos leva a relativizar fortemente uma visão dos SYAL como ferramenta de luta contra a pobreza. Um processo do tipo SYAL pode, ao contrário, aumentar as disparidades já existentes entre os atores locais.

Enfim, a construção da especificidade de um recurso territorial, entendida como característica de qualidade ligada à origem, não garante que sua valorização se faça com referência a essa especificidade. A concorrência de índices de qualidade baseados na origem pode, com efeito, levar a um risco de “generalização” da referência territorial.²¹

A qualificação pela origem parece conduzir, obrigatoriamente, a uma “abordagem SYAL”, se, pelo menos, a definirmos em termos de uma ativação de recursos específicos locais pelo viés da ação coletiva de atores ancorados territorialmente, ela supõe a ação coletiva, e o efeito de qualificação do território constitui um recurso ativado.

3 SYAL, qualificação e desenvolvimento sustentável

A questão do desenvolvimento sustentável não apareceu desde o início como um elemento fundamental da problemática SYAL, mesmo se a referência ao desenvolvimento local de territórios marginalizados e frágeis a colocava implicitamente desde as primeiras contribuições. Mas, ela se tornou ao longo do

²⁰ Boutonnet (2004) indica no caso do Pélardon.

²¹ Tomando o exemplo do turismo rural, Hirczack, François e Senil (2007) propõem distinguir o processo de especificação no nível da construção do recurso territorial e o processo de especificação no nível da valorização do ativo assim construído. Isso lhe permite evidenciar um risco de “folclorização”, quando o processo de construção do recurso se baseia na especificação e sua valorização se faz de maneira genérica. Por exemplo, a multiplicação do número de AOC pode eventualmente conduzir à banalização da referência ao AOC.

tempo uma referência importante, como mostra a evolução das contribuições feitas em colóquios da rede SYAL. Além do mais, essa articulação não se manifesta somente na abordagem SYAL, ela está presente também no debate sobre a conservação dos recursos que tendem a se juntar, sobretudo mediante a reflexão sobre a valorização, às problemáticas desenvolvidas nas abordagens em termos de SYAL.

A ligação entre SYAL e desenvolvimento sustentável é inicialmente uma consequência da utilização, pelas atividades no setor agroalimentar, dos recursos naturais renováveis e da biodiversidade. A qualificação dos produtos e dos serviços pela origem territorial passa pela qualificação dos recursos vivos que intervêm no processo de produção, seja no caso das variedades ou raças locais associadas à tipicidade dos produtos, seja no caso dos recursos relacionados à paisagem natural ligados a certo tipo de gestão dos ecossistemas cultivados. Pode-se afirmar, portanto, que os SYAL contribuem para a conservação da biodiversidade. Mais amplamente, em alguns casos eles podem promover técnicas de baixo impacto socioambiental, na medida em que os processos de qualificação estão associados a certas práticas agrícolas que demandam níveis reduzidos de insumos agroquímicos.

Entretanto, vale a pena ressaltar que o impacto ambiental do desenvolvimento de um SYAL não é sempre positivo. Se implicam em uma especialização excessiva, os SYAL podem gerar impactos negativos sobre o meio ambiente. Algumas atividades centradas na “tipicidade” podem ter consequências bastante prejudiciais, podemos mencionar aqui o caso do desmatamento provocado pela produção de *panela* na Colômbia (REQUIER-DESJARDINS; RODRIGUEZ-BORRAY, 2004), ou o caso dos riscos da monocultura da quinoa no altiplano boliviano (CACERES; CARIMENTRAND, 2004). A relação entre SYAL e desenvolvimento sustentável situa-se aqui no contexto da ampliação do debate sobre as externalidades positivas ou negativas da agricultura. Esse debate nos remete ao tema da multifuncionalidade agrícola, podendo se estender também à problemática dos SYAL, sobretudo se levarmos em conta a articulação de diferentes atividades em torno de um processo de qualificação territorial (modelo da “cesta de bens”) e a utilização nos processos de produção dos SYAL de bens comuns ambientais na escala local.

Uma segunda ligação entre SYAL e desenvolvimento sustentável resulta da dimensão social associada ao desenvolvimento dos SYAL. Isto na medida em que

estes últimos concernem geralmente zonas marginalizadas, onde predomina uma modalidade de agricultura familiar de baixa renda. A dinâmica de um sistema agroalimentar localizado, que permite aumentar a competitividade dos produtos em um mercado globalizado pelo viés da qualificação, é suscetível de gerar empregos e rendas nestas zonas, isto é, confrontar o pilar social do desenvolvimento sustentável. No entanto, não se deve subestimar o impacto desse tipo de dinâmica sobre a pobreza, na medida em que o desenvolvimento de um SYAL pode reforçar também as desigualdades entre os atores locais, notadamente pela instauração de dispositivos de exclusão em torno dos ativos estratégicos (REQUIER-DESJARDINS, 2006).

Sem negligenciar os aspectos evocados acima, parece-nos, entretanto, que a problemática do desenvolvimento sustentável representa um elemento determinante na busca de articulação da abordagem em termos de SYAL, implicando essencialmente na ativação de processos de qualificação pela via da origem territorial. Com efeito, vimos que essa problemática nos remete a uma representação patrimonial da conservação de *know how* e de recursos que exprimem a identidade de uma população e de um território. Alguns autores (BARRÈRE, 2003) assinalaram a esse respeito a contradição entre a noção de capital, por definição investido, e a de patrimônio conservado, insistindo sobre a especificidade deste último. Outros (BARTHELEMY; NIEDDU, 2002) propuseram a distinção entre os bens comerciais e os bens identitários. Mesmo se criticarmos essa posição, lembrando que a fungibilidade sempre foi um problema na teoria econômica e que, em compensação, a valorização comercial do patrimônio introduz a possibilidade de uma arbitragem com outros ativos valorizados, essa especificidade do patrimônio em termos de conservação tem o mérito de assinalar a forte articulação entre os processos de qualificação no seio dos SYAL e as dinâmicas de conservação de um patrimônio que pode ser, não só cognitivo (ter-fazer) e cultural (valor simbólico ou identitário), mas, também, natural (variedade e paisagens). A qualificação pela origem estabelece, portanto, uma ligação lógica entre práticas de conservação e sistemas agroalimentares localizados.

Essa ligação lógica é confirmada pela evolução dos paradigmas em jogo na reflexão sobre a conservação da biodiversidade baseada na criação de áreas protegidas. Ela foi marcada, desde a última década, pela disseminação da

“abordagem patrimonial da conservação”. Esta última exprime-se, sobretudo, pela incorporação ativa das populações locais situadas em áreas protegidas nas dinâmicas de gestão. Essa evolução fez emergir os desafios relacionados à valorização econômica da biodiversidade e dos recursos vivos pelas próprias populações locais (AGRAWAL, 2001). Essas problemáticas, que se depreendem das pesquisas no campo da economia do meio ambiente e dos recursos naturais e, mais precisamente, dos debates sobre a gestão dos bens comuns, nos conduzem a buscar subsídios nas temáticas desenvolvidas pelos teóricos dos SYAL, tanto no que diz respeito à qualificação, quanto à ativação dos recursos por meio das ações coletivas (REQUIER-DESJARDINS, 2005).²² Ora, a conservação da biodiversidade, quando passa pela conservação dos ecossistemas, assume uma dimensão territorial por definição. Pois, o território é, antes de tudo, um conceito ecológico, em referência à dinâmica das populações animais.

O investimento representado pela introdução do conceito de patrimônio se faz não apenas através da consideração do patrimônio natural, mas igualmente pela referência à preservação da identidade cultural, logo, do patrimônio cultural, das populações em questão, frequentemente populações “indígenas”, portadoras de saberes específicos sobre os ecossistemas.

O debate sobre a eficácia da “transferência do poder de gestão” e da valorização da biodiversidade pelas populações locais faz, aliás, aparecer interrogações muito próximas daquelas observadas no caso das ações coletivas no âmbito dos SYAL. Pode-se dizer o mesmo no caso dos riscos de exclusão em torno dos dispositivos de qualificação dos recursos naturais pela referência ao território de conservação, riscos ligados principalmente ao distanciamento geográfico, mas, também, cultural com o consumidor,²³ além do problema das relações com as “áreas

²² Os debates que se estruturaram em torno da valorização da biodiversidade nos territórios de conservação, por meio de um conjunto de atividades, tais como a transformação de “produtos florestais lenhosos” (produtos de colheita, plantas medicinais) ou o ecoturismo, fazem ressaltar a importância da relação entre as dinâmicas territorializadas dessas atividades e sua inserção em áreas das quais algumas apresentam um caráter global (REQUIER-DESJARDINS, 2005). Encontramos aqui uma dimensão muito presente na análise da dinâmica dos SYAL, a saber: a articulação área-território.

²³ O desenvolvimento do ecoturismo, nas áreas protegidas dos países do sul, em proveito de uma clientela essencialmente originária dos países do Norte, pode levar a uma concorrência entre destinações e uma dificuldade para o ecoturismo potencial em apreender a especificidade do produto oferecido.

globais” em questão.²⁴

Da mesma forma, os dilemas entre a “conservação pelo desenvolvimento” ou o “desenvolvimento pela conservação”, já identificados no contexto de sistemas de gestão comunitária de áreas naturais protegidas (TAI, 2007), podem perfeitamente ser estendidos a inúmeros exemplos de SYAL, a ação coletiva em torno da qualificação pode visar, por um lado, o desenvolvimento, pela conservação relativa de certo *know how*, o que acaba gerando uma valorização máxima dessas áreas, privilegiando o respeito das normas em vigor nas mesmas com o risco de certa “standardização dos produtos específicos” e também de uma monopolização do valor agregado pelos atores exteriores, ou então ela pode visar a conservação, o que vai contribuir para situar os esforços de desenvolvimento em um contexto principalmente territorial, privilegiando a manutenção da variedade dos processos, mas correndo os riscos de encontrar muitas dificuldades para se situar no mercado.²⁵

Esses diferentes elementos contribuem para fazer da abordagem SYAL uma abordagem do desenvolvimento durável no plano dos territórios rurais. Isto na medida em que ela incorpora, não apenas uma dimensão econômica, mas, também, antropológica (MUCHNIK, 2006), no que diz respeito à relação da identidade da atividade com o território, e, portanto, ao seu caráter patrimonial.

Conclusões

Neste artigo, procuramos mostrar que a qualificação pela via da origem territorial desempenha um papel central no reconhecimento da especificidade dos SYAL no cenário contemporâneo das dinâmicas produtivas locais. O território aparece aí como um elemento endógeno da análise, especialmente pela busca de construção de uma característica territorial, distanciando, portanto, a crítica feita a algumas análises dos SPL a partir de um “território postulado”.

²⁴ Ainda neste sentido, o ecoturismo é um bom revelador dessa tensão com a intervenção nas zonas concernentes, sob o regime da concessão ou da parceria público - privado de operadores exteriores à zona.

²⁵ O caso do “porco gascon” oferece um exemplo desse dilema. Enquanto que o renascimento da raça tinha sido inicialmente motivado pela vontade conservacionista de preservação da diversidade dos tipos de animais, a valorização sob IGP e o peso das normas impostas pela empresa produtora de presuntos provocou uma standardização do tamanho dos animais.

Entretanto, deve-se reconhecer que essa ligação gerou alguns deslizes na utilização da abordagem em termos de SYAL, desde a sua emergência. Essa abordagem evoluiu de uma focalização nas análises voltadas para a identificação das organizações produtivas implantadas territorialmente e sobre a avaliação de sua eficácia competitiva acerca da base de suas características organizacionais, a uma reflexão com viés muito mais global sobre as condições do estabelecimento de trajetórias de desenvolvimento sustentável nas zonas rurais, num contexto de globalização. Com efeito, considerar a qualificação pela origem territorial como elemento central de definição de um sistema agroalimentar localizado define principalmente os desafios relacionados à contribuição dos SYAL para a promoção do desenvolvimento sustentável. A abordagem em termos de SYAL surge, portanto, daqui em diante, como uma contribuição relevante à explicitação das condições de êxito de um novo estilo de desenvolvimento local sustentável em zonas rurais.

LOCAL AGRO-FOOD SYSTEMS AND QUALIFICATION: A COMPLEX RELATION

Abstract

This article analyses the process of quality certification in local agro-food systems. At the same time, the author links this analysis to the debate concerning the planning of new strategies of sustainable development – focusing especially the issues of bio- and sociodiversity conservation.

Keywords: Local agro-food systems. Certification. Collective action. Sustainable territorial development. Natural and cultural heritage.

SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS Y CALIFICACIÓN: UNA RELACIÓN COMPLEJA

Resumen:

El artículo plantea la necesidad de una reflexión acerca del concepto de *calificación territorial* en los enfoques centrados en la noción de *sistemas agroalimentarios localizados (SIAL)*. Además, incluye en esta discusión la problemática del desarrollo sostenible, poniendo de relieve los retos de conservación de la biodiversidad y del patrimonio natural y cultural de la humanidad.

Palabras-clave: Sistemas agroalimentarios localizados. Certificación. Acción colectiva. Desarrollo territorial sostenible. Patrimonio natural y cultural.



Referências

AGRAWAL, A. Common property Institutions and sustainable governance of resources. **World Development**, v. 29, n. 10, p. 1649-1672. 2001.

AKERLOF, G. The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500. 1970.

ALLAIRE, G. Quality in economics, an economic perspective. In: HARVEY, M.; MCMEEKIN, A.; WARDE, A. **Theoretical approaches to food quality**. London: Macmillan, 2004.

BARRÈRE C. Les économistes face à l'objet Patrimoine. In: **Actes des Entretien du Patrimoine, Le regard de l'histoire, L'émergence et l'évolution de la notion de patrimoine au cours du XX^o siècle en France**. Paris: Editions du patrimoine - Fayard, 2003. p. 261-273.

BARTHELEMY, D.; NIEDDU, M. **Bien marchands, bien identitaires et multifonctionnalité agricole**. Communication à la session de la Société Française d'Economie Rurale (SFER), 21,22 mar., 2002.

BOUTONNET, J.-P. L'AOC pélarдон. Communication. **Journées sur la proximité**, 2004.

BOUCHER, F. **Enjeux et difficultés d'une stratégie collective d'activation des concentrations d'agro-industries rurales: le cas des fromageries rurales de Cajamarca, au Pérou**. Yvelines, UVSQ, 2004. Thèse (Doctorat).

CACERES, Z.; CARIMENTRAND, A. Globalisation et agriculture biologique, la filière quinoa biologique en Bolivie. Communication au Colloque International AIEA2/SCAE. **Développement durable et globalisation dans l'agroalimentaire**, 23, 24 août 2004. Quebec: Université Laval, 2004.

CIRAD/SAR. **Systemes agroalimentaires localisés** (organisations, innovations et développement local). Proposition d'animation scientifique du laboratoire STSC, n. 134/96. 1996.

COLLETIS, G. Développement local, proximité et rencontres productives : le cas des dynamiques de développement de la région toulousaine. Communication au 53ème

colloque de l'ASRDLF. **Les dynamiques territoriales: débat et enjeux entre les différentes approches disciplinaires**. Grenoble Chambéry, juil., 2007.

COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. **Les facteurs de concurrence spatiale**. Communication au 41ème colloque de l'ASRDLF. 1995.

CORREA C. **Analyse comparée de 9 cas d'agro-industrie rurale en Amérique Latine**. Mémoire de Master. Yvelines: Université de Versailles Saint Quentin, 2004.

COURLET, C. **Districts industriels et systèmes productifs localisés (SPL) en France**. Rapport final pour la DATAR. 2000.

FISCHLER, C. **L'Homnivore**. Paris: Seuil, 1993.

FOURCADE, C.; MUCHNIK, J.; TREILLON, R. **Système de production localisés: le cas de l'agroalimentaire**. Rapport du GIS SYAL pour le MAPAAR et la DATAR. 2005.

FULPONI, L. Private voluntary standards in the food system: the perspective of the major food retailers in OECD countries. **Food Policy**, v.31, p.1-13. 2006.

GEREFFI, G. International trade and industrial upgrading in the apparel commodity chain. **Journal of International Economics**, v. 48, p. 37-70. 1999.

HIRCZAK, M.; FRANCOIS, H.; SENIL, N. Projet de développement territorial et processus de spécification. Communication au 53ème colloque de l'ASRDLF, **Les dynamiques territoriales: débat et enjeux entre les différentes approches disciplinaires**. Grenoble Chambéry, juil., 2007.

LUCAS, R On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, p. 3-42. 1988.

MUCHNIK J. (2006), Sistemas agroalimentarios localizados. Conférence inaugurale au colloque **ALTER (Alimentación y territorios)**, organisé par le GIS SYAL et le CSIC, Baeza (Espagne), 17-20 octobre 2006.

NICOLAS A., VALCESHINI E. (2002): **Agroalimentaire: une économie de la qualité**. Paris: ESTEM.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Economie rurale**, n. 261, janv./févr., p. 37-53. 2001.

PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. **Harvard Business Review**, nov./dec., p. 77-90. 1989.

RALLET, A. L'économie de proximité: le local à l'épreuve de l'économie spatiale. **Etudes et Recherches**, v. 33, p. 11-26. 2002.

REARDON, T.; BERDEGUE, J. The Rapid Rise of Supermarkets in Latin America: Challenge and opportunities for development. **Development Policy Review**, v. 20, n. 4, p. 371-388. 2002.

REQUIER-DESJARDINS, D. (2005) La valorisation économique de la biodiversité, ancrage territorial et gouvernance de filière. **Liaisons Energie Francophonie**, n. 66-67 (spécial), Québec, IEPF, p. 77-81. 2005.

REQUIER-DESJARDINS, D. Ofrece el desarrollo local alternativas para combatir la pobreza y la exclusión social? Un dictamen matizado. Conférence plénière au **Colloque ALTER (Alimentación y territorios)**, organisé par le GIS SYAL et le CSIC, Baeza (Espagne), 17,20 octobre, 2006.

REQUIER-DESJARDINS, D.; RODRIGUEZ-BORRAY, G. Environmental impact of panela food-processing industry: sustainable agriculture and local agri-food production systems. **Int. J. of Sustainable Development**, v.7, n.3, p. 237-256. 2004.

SYLVANDER, B. Le rôle de la certification dans les changements de régime de coordination: l'agriculture biologique, du réseau à l'industrie. **Revue d'Economie Industrielle**, v. 80. 2007.

TAI, H.-S. Development through conservation: an institutional analysis of indigenous community-based conservation in Taiwan. **World Development**, v.35, n. 7, p. 1186-1203. 2007.

TALLEC, F. **Construction de la qualité et valorisation des exportations: cas de l'intégration régionale des céréales sèches du Mali**. Yvelines, Université de Versailles Saint Quentin, 2004. Thèse (Doctorat).

TORRE, A. Les AOC sont-elles des Clubs ? Réflexions sur les conditions de l'action
R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, Jul./Dez. 2013

collective localisée, entre coopération et règles formelles. **Revue d'Economie Industrielle**, 3ème Trimestre, n. 100, p. 39-62. 2002.

TOUZARD, J.M.; VANDECANDELAERE, E. Création de ressources territoriales et construction de la qualité. Les routes des vins. In: TORRE, A.; FILLIPPI, M. **Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux**. Paris: INRA Editions / Economica, 2005. p. 59-72.

Dossiê:

Recebido em: Setembro de 2013

Aceito em: Outubro de 2013

